

Distensão política e a revitalização do movimento sindical brasileiro na década de 1970

Moisés Leal Morais
Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil
Endereço eletrônico: m232785@dac.unicamp.br

220

Palavras-chave: Centrais sindicais. Eleições. Partidos políticos

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a revitalização do movimento sindical durante a prolongada distensão política da ditadura militar no Brasil. Para isso foram observadas as relações que envolveram o movimento sindical e elementos integrantes da política institucional, como os partidos políticos e as eleições. Trata-se de uma questão que demanda aprofundamento, dada a dicotomização entre atores da sociedade civil e atores da política institucional que tem caracterizado uma parcela significativa dos estudos sobre o associativismo no Brasil (Von Bullow; Gobbi; Dias, 2022; Silva, 2010).

Um argumento central na discussão que aqui será desenvolvida é o de que a revitalização do movimento sindical se desenvolveu em um contexto de abertura de oportunidades políticas desencadeadas, a partir de 1974, pela política de distensão que reconduziu o Brasil para uma democracia representativa. Cabe esclarecer que oportunidades políticas se constituem quando há a ampliação do acesso à participação política, sobretudo através de eleições; reconfiguram-se alinhamentos políticos e partidários; surgem divisões entre as elites; conquista-se aliados influentes; e se evidenciam vulnerabilidades no aparato coercitivo do Estado. Nesse contexto, emergem possibilidades para a evolução da ação coletiva cujos efeitos podem influenciar na modificação da política institucional, assim como no fortalecimento ou desarticulação dos movimentos sociais (Tarrow, 2009).

Realização:



Apoio:



METODOLOGIA

Inspirando-se na teoria do processo político, o estudo aqui apresentado traz a perspectiva teórico-metodológica de que a ação coletiva não está dissociada da política institucional. Nesse sentido, a revitalização do movimento sindical brasileiro foi analisada observando a dinâmica relacional que constitui com o processo de distensão política que esteve em curso, no Brasil, desde 1974. Em vista disso, a análise foi conduzida considerando as interações que o movimento sindical estabeleceu com partidos políticos, atores posicionados na esfera estatal e as eleições (McAdam; Tarrow, 2011). Para discutir essa questão foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica que subsidiou uma abordagem qualitativa. Isso significou coletar informações junto a uma literatura pertinente que permitiu a construção de inferências sobre o processo estudado, considerando o contexto em que ele se desenvolveu (GROULX, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ditadura militar, no Brasil, a partir de 1964, impôs uma série de medidas que objetivou a contenção da atividade sindical. Lideranças sindicais que apoiavam o governo deposto de João Goulart foram severamente reprimidas e inúmeros sindicatos sofreram intervenção. Houve uma escalada da tutela do Estado sobre as relações de trabalho através da centralização da política salarial, do fim da estabilidade do emprego e a unificação da Previdência. A deflagração de greves se tornou cada vez mais difícil diante de uma nova legislação que burocratizava o reconhecimento de uma greve legal. Em compasso, os sindicatos foram cada vez mais destituídos da sua atribuição representativa na esfera trabalhista e estimulados a atuarem no campo da assistência social (Oliveira, 2002).

Cumprir registrar que esse quadro repressivo não se manteve com a mesma intensidade ao longo dos 21 anos em que perdurou a ditadura militar. Esse regime se equilibrou a partir de uma engenharia política que combinava a institucionalização de instrumentos coercitivos com a manutenção de elementos típicos da democracia liberal, como um sistema partidário e eleições diretas, excetuando-se para o caso da escolha do presidente da República (Freire, 2014). Sendo assim, o fechamento e a distensão do regime seguiram um fluxo pendular, conformando, às vezes, um panorama no qual não se consolidava a abertura política, mas a coerção estatal não vivia seu ápice. Em

Realização:



Apoio:



conjunturas assim tende a emergir a ação coletiva, uma vez que a excessiva repressão ou, inversamente, a disponibilidade de espaços de interlocução e participação política tendem a desencorajar a sustentação de um movimento contencioso (Tarrow, 2009).

Um cenário com essa feição começou a se delinear a partir de 1974, com o surgimento de oportunidades políticas que foram fundamentais para o fortalecimento do movimento sindical em termos organizativos e políticos. Fatores econômicos e políticos confluíram para o desenvolvimento dessa conjuntura. Então, a partir de 1974, mesmo que lentamente, o governo Geisel, começou a apresentar os primeiros sinais de abertura política. Concomitante, ocorreram divisões entre as elites que davam sustentação ao governo diante de um panorama de crise econômica internacional. Problemas socioeconômicos abatiam o país e influenciavam no crescimento da insatisfação popular com o governo. Tal insatisfação foi manifestada através do voto, nas eleições legislativas de 1974. Nessa eleição, o MDB, partido que abrigava candidaturas de oposição à ditadura militar, recebeu votação expressiva e ampliou o número de representantes no Legislativo federal. (Kinzo, 1988).

Mudanças nas oportunidades políticas também foram dinamizadas durante o ano de 1978, quando foi revogado o Ato Institucional número 5, que havia ampliado drasticamente os meios de coerção estatal (Brasil, 1968). Ao mesmo tempo, cresciam as iniciativas da sociedade civil em torno da defesa dos direitos individuais. Organizações como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se incorporaram ao campo de oposição liberal à ditadura militar. O movimento estudantil ressurgiu nesse contexto. Greves e passeatas se espalharam em todo país (Ibid.).

No curso desse processo, o sindicalismo conquistou a adesão de aliados influentes, como próceres de partidos políticos de oposição. A eleição de governadores desses partidos, em 1982, foi importante para reduzir a possibilidade de repressão policial às ações grevistas deflagradas nos anos seguintes (Oliveira, 2002). O movimento sindical compôs também uma coalizão com movimentos sociais através da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e se aliou com setores progressistas da Igreja Católica. Esta aliança começou a se firmar a partir de 1974, após a criação da Pastoral Operária, proporcionando ao movimento sindical “não apenas um apoio material, mas, também, uma cobertura política de parte de uma instituição poderosa e legítima” (Rodrigues, 1991, p.18).

Realização:



Apoio:



Outra dimensão das oportunidades políticas para a atuação sindical emergiu, em 1979, com a institucionalização do pluripartidarismo. Nesse contexto, os dois partidos comunistas (PCB e PC do B) aspiravam sair da clandestinidade e participarem diretamente das disputas político-eleitorais. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi retomado, muito embora sem dispor de muitos quadros associados ao ideário trabalhista e com influência no meio sindical. Novos partidos também surgiram, foram os casos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, com o retorno do pluripartidarismo o sindicalismo passou a dispor de um recurso para canalizar demandas da agenda sindical para espaços de interlocução e deliberação no âmbito institucional (Freire, 2014). Ao mesmo tempo, nesse novo ciclo político do país, intensificaram-se as disputas no interior do movimento sindical resultando em um quadro de fragmentação das centrais sindicais que foram constituídas dali por diante, uma vez que as diversas correntes sindicais espelhavam as linhas políticas de partidos que rivalizavam na arena político-eleitoral. Porém, essa é uma questão que não será aprofundada aqui por ultrapassar o escopo deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simultaneamente à longa distensão política conduzida pelo governo Geisel, a partir de 1974, o movimento sindical acumulou forças através de uma dinâmica relacional que estabelecia com esse processo, de tal modo que se tornou um dos protagonistas nas mobilizações em defesa da restauração de uma democracia representativa no país. Isso foi viabilizado pelo aproveitamento das oportunidades políticas que emergiram naquele contexto, quando ocorreu o rebaixamento de instrumentos de repressão, houve cisões entre as elites, conquistou-se a adesão de aliados posicionados na sociedade civil e na política institucional, enquanto se operavam realinhamentos políticos e partidários e se ampliavam as possibilidades de participação política com o retorno do pluripartidarismo.

Realização:



Apoio:



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 10 jul 2024.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. In; **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.287-308, jan/abr 2014.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuições da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2014.

KINZO, M. D. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979).** Trad. Heloisa Perrone Attuy. São Paulo: Vértice, 1988.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**. Porto Alegre, ano. 13, n. 28, p. 18-51, set/dez. 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/soc/a/ML4KZq5k3TybkKdSdsWSSHD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 03 jul. 2023.

OLIVEIRA, M. A. Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil da era Vargas ao governo FHC. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, Campinas, 364f., 2002.

RODRIGUES, L. M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JÚNIOR, Armando [et al]. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. In: **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n.1, p. 2-9, janeiro/abril 2010.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

VON BULLOW, M.; GOBBI, D.; DIAS, T. O conceito de ativismo digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. In: Tatagiba, Luciana (org). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências.** Porto Alegre: Zouk, 2022.

Realização:



Apoio:

